

Certidão nº 39401/2021

Certifica-se, para fins de cumprimento ao disposto no artigo 21, inciso IV, alíneas a e b, da Resolução nº 43, de 21/12/2001, alterada pela Resolução nº 03, de 02/04/2002, do Senado Federal, no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e em disposições da Constituição Federal, com base nas informações remetidas eletronicamente, que as contas do Município de MODELO, relativas ao exercício financeiro de 2019, com deliberação deste Tribunal e aos exercícios financeiros de 2020 e 2021, ambos pendentes de deliberação, demonstram os seguintes dados: **1. Limite das Receitas de Operações de Crédito em Relação às Despesas de Capital - Previsão.** (Dispositivo com eficácia suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. ADIn 2238-5 de 09/05/02). **2 - Despesa com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida ajustada. 2.1. Exercício de 2019 - 2.1.1. Despesa Total com Pessoal** - A despesa total com pessoal foi de R\$ 8.933.971,81, correspondendo a 46,75% da receita corrente líquida ajustada – R\$ 19.110.301,00, não excedendo o limite máximo de 60% (sessenta por cento) da citada receita, fixado no artigo 19, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c artigo 169 da Constituição Federal. **2.1.2. Despesa de Pessoal do Poder Legislativo** – A despesa de pessoal do Poder Legislativo importou em R\$ 556.968,60, correspondendo a 2,91% da receita corrente líquida ajustada, não excedendo o limite máximo de 6% (seis por cento) da citada receita que cabe ao Poder Legislativo, fixado no artigo 20, inciso III, “a”, da Lei Complementar nº 101/2000. Lei Complementar nº 101/2000, artigo 20, III, “a”, c/c artigos 23 e 66 e Resolução nº 43/2001, do Senado Federal artigo 21, inciso IV, alínea “a” (Prejudicado, considerando que a despesa de pessoal está dentro do limite legal). **2.1.3. Despesa de Pessoal do Poder Executivo** – A despesa de pessoal do Poder Executivo importou em R\$ 8.377.003,21, correspondendo a 43,84% da receita corrente líquida ajustada, não excedendo limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da citada receita que cabe ao Poder Executivo, fixado no artigo 20, inciso III, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000. Lei Complementar nº 101/2000, art. 20, III, “b”, c/c artigos 23 e 66 e Res. 43/2001, do Senado Federal art. 21, inc. IV, alínea “b”(Prejudicado, considerando que a despesa com pessoal está dentro do limite legal). **2.2. Exercício de 2020 - 2.2.1. Despesa Total com Pessoal** - A despesa total com pessoal foi de R\$ 9.285.478,14, correspondendo a 43,65% da receita corrente líquida ajustada – R\$ 21.272.062,15, não excedendo o limite máximo de 60% (sessenta por cento) da citada receita, fixado no artigo 19, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c artigo 169 da Constituição Federal. **2.2.2. Despesa de Pessoal do Poder Legislativo** – A despesa de pessoal do Poder Legislativo importou em R\$ 589.316,80, correspondendo a 2,77% da receita corrente líquida ajustada, não excedendo o limite máximo de 6% (seis por cento) da citada receita, fixado no artigo 20, inciso III, “a”, da Lei Complementar nº 101/2000. Lei Complementar nº 101/2000, artigo 20, III, “a”, c/c artigos 23 e 66 e Resolução nº 43/2001, do Senado Federal artigo 21, inciso IV, alínea “a” (Prejudicado, considerando que a despesa de pessoal está dentro do limite legal). **2.2.3. Despesa de Pessoal do Poder Executivo** – A despesa de pessoal do Poder Executivo importou em R\$ 8.696.161,34, correspondendo a 40,88% da receita corrente líquida ajustada, não excedendo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da citada receita, fixado no artigo 20, inciso III, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000. Lei Complementar nº 101/2000, art. 20, III, “b”, c/c artigos 23 e 66 e Res. 43/2001, do Senado Federal art. 21, inc. IV, alínea “a”(Prejudicado, considerando que a despesa com pessoal está dentro do limite legal). **2.3. Exercício de 2021 – 2.3.1. Despesa Total com Pessoal** - A despesa total com pessoal no 2º quadrimestre (exercício móvel = Setembro/2020 a Agosto/2021) foi de R\$ 9.557.094,83, correspondendo a 42,10% da receita corrente líquida ajustada – R\$

Certidão Operação de Crédito Internacional – Modelo 4

22.702.109,49, não excedendo o limite máximo de 60% (sessenta por cento) da citada receita, fixado no artigo 19, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c artigo 169 da Constituição Federal. **2.3.2. Despesa de Pessoal do Poder Legislativo** – A despesa total com pessoal do Poder Legislativo no 2º quadrimestre (exercício móvel = Setembro/2020 a Agosto/2021) importou em R\$ 570.320,08, correspondendo a 2,51% da receita corrente líquida ajustada, não excedendo o limite máximo de 6% (seis por cento) da citada receita, fixado no artigo 20, inciso III, “a”, da Lei Complementar nº 101/2000. **2.3.3. Despesa de Pessoal do Poder Executivo** – A despesa total com pessoal do Poder Executivo no 2º quadrimestre (exercício móvel = Setembro/2020 a Agosto/2021) importou em R\$ 8.986.774,75, correspondendo a 39,59% da receita corrente líquida ajustada, não excedendo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da citada receita, fixado no artigo 20, inciso III, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000. **3. Despesa com Pessoal acima do limite legal - eliminação do percentual excedente. 3.1. Análise do Retorno da Despesa de Pessoal do Poder Legislativo - eliminação do percentual excedente - Exercício de 2021** – Lei Complementar nº 101/2000, artigo 20, III, "a", c/c artigos 23 e 66 e Resolução nº 43/2001, do Senado Federal artigo 21, inciso IV, alínea "a" (Prejudicado, considerando que a despesa de pessoal está dentro do limite legal). **3.2. Análise do Retorno da Despesa de Pessoal do Poder Executivo - eliminação do percentual excedente - Exercício de 2021** – Lei Complementar nº 101/2000, art. 20, III, "b", c/c artigos 23 e 66 e Resolução nº 43/2001, do Senado Federal art. 21, inc. IV, alínea "b" (Prejudicado, considerando que a despesa com pessoal está dentro do limite legal). **4 - Operações de Créditos com Infração à Lei Complementar nº 101/2000 - Exercício de 2019** – Não foi constatada a realização de operações de créditos com infração ao artigo 33 da Lei Complementar nº 101/2000 (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 21, inc. IV, alínea "a"). **5 - Outras Operações Equiparadas a Operações de Crédito - Exercício de 2019** – Não foi constatada a realização de outras operações equiparadas a operações de créditos, vedadas pelo art. 37 da Lei Complementar nº 101/2000 (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 21, inc. IV, alínea "a"). **6. Publicação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – 6.1. Exercício de 2019** – Foram publicados os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, não sujeitando o ente às sanções referidas no art. 52, c/c o § 2º do art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000 (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 21, inc. IV, alíneas 'a' e 'b'). **6.2. Exercício de 2020** – Foram publicados os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, não sujeitando o ente às sanções referidas no art. 52, c/c o § 2º do art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000 (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 21, inc. IV, alíneas 'a' e 'b'). **6.3. Exercício de 2021** – Foram publicados os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 1º, 2º, 3º, e 4º bimestre(s), não sujeitando o ente às sanções referidas no art. 52, c/c o § 2º do art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000 (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 21, inc. IV, alíneas 'a' e 'b'). **7. Publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal – 7.1. Exercício de 2019** – Foram publicados os Relatórios de Gestão Fiscal do 1º, 2º e 3º quadrimestres, como previsto no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) c/c artigo 12, I, da Instrução Normativa TCE/SC nº 19/2015, não sujeitando o ente às sanções referidas no § 3º do art. 55, c/c o § 2º do art. 51 da LRF (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 21, inc. IV, alíneas 'a' e 'b'). **7.2. Exercício de 2020** – Foram publicados os Relatórios de Gestão Fiscal do 1º, 2º e 3º quadrimestres, como previsto no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) c/c artigo 12, I, da Instrução Normativa TCE/SC nº 19/2015, não sujeitando o ente às sanções referidas no § 3º do art. 55, c/c o § 2º do art. 51 da LRF (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 21, inc. IV, alíneas 'a' e 'b'). **7.3 Exercício de 2021** – Foi(ram) publicado(s) o(s)

Relatório(s) de Gestão Fiscal do 1º e 2º quadrimestre(s), como previsto no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) c/c artigo 12, I, da Instrução Normativa TCE/SC nº 19/2015, não sujeitando o ente às sanções referidas no § 3º do art. 55, c/c o § 2º do art. 51 da LRF (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 21, alíneas 'a' e 'b'). **8. Limite das Receitas de Operação de Crédito em relação às Despesas de Capital: 8.1. Exercício de 2019** – O Município não contraiu operações de crédito no exercício, não excedendo, portanto, o montante das despesas de capital (R\$ 3.675.793,27), sendo cumprido o previsto no art. 167, III da Constituição Federal de 1988. **8.2. Exercício de 2020** – O montante da receita de operações de crédito contraídas no exercício totalizou R\$ 1.153.900,80, não excedendo o montante das despesas de capital realizadas pelo Município no exercício (R\$ 5.977.727,77), cumprindo o previsto no art. 167, III da Constituição Federal de 1988. **9. Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 9.1 – Exercício de 2019** – As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino importaram em R\$ 4.604.843,09, correspondendo a 28,08% da receita de impostos compreendidas as provenientes de transferências a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, da Constituição Federal (R\$ 16.401.378,87), cumprindo o limite mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de aplicação obrigatória estabelecida no art. 212 da Constituição Federal. **9.2 – Exercício de 2020** – As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino importaram em R\$ 4.432.126,59, correspondendo a 27,45% da receita de impostos compreendidas as provenientes de transferências a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, da Constituição Federal (R\$ 16.143.972,58), cumprindo o limite mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de aplicação obrigatória estabelecida no art. 212 da Constituição Federal. **10. Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde: 10.1 – Exercício de 2019** – As despesas aplicadas em ações e serviços públicos de saúde importaram em R\$ 2.779.938,46, correspondendo a 17,64% da receita de impostos compreendidas as provenientes de transferências a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, da Constituição Federal (R\$ 15.759.007,79), cumprindo o limite mínimo de 15% (quinze por cento) de aplicação obrigatória, estabelecida no art. 198 da Constituição Federal c/c com o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e artigo 7º da Lei Complementar nº 141/2012. **10.2 – Exercício de 2020** – As despesas aplicadas em ações e serviços públicos de saúde importaram em R\$ 2.911.231,41, correspondendo a 18,80% da receita de impostos compreendidas as provenientes de transferências a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, da Constituição Federal (R\$ 15.485.177,33), cumprindo o limite mínimo de 15% (quinze por cento) de aplicação obrigatória, estabelecida no art. 198 da Constituição Federal c/c com o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e artigo 7º da Lei Complementar nº 141/2012. **11 – Competência Tributária – 11.1 – Exercício de 2019** – O Município instituiu os tributos de sua competência por meio de seu Código Tributário Municipal e alterações posteriores, sendo previsto na respectiva Lei Orçamentária vigente para o citado exercício o montante de R\$ 1.560.100,00 e arrecadado o total de R\$ 1.160.634,76, conforme demonstrado a seguir: Imposto Predial e Territorial Urbano (previsto – R\$ 450.500,00 e arrecadado – R\$ 285.028,10); Imposto sobre Transmissão Inter Vivos, Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Imóveis (previsto – R\$ 345.000,00 e arrecadado - R\$ 234.650,14); Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (previsto – R\$ 472.000,00 e arrecadado - R\$ 407.749,66); Taxas (previsto – R\$ 292.600,00 e arrecadado – R\$ 233.204,94) e Contribuições de Melhorias (previsto – R\$ 0,00 e arrecadado – R\$ 1,92), sendo observado o disposto no artigo 11, da Lei Complementar nº 101/2000. **11.2 – Exercício de 2020** - O Município instituiu os tributos de sua competência por meio de seu Código Tributário

Municipal e alterações posteriores, sendo previsto na respectiva Lei Orçamentária vigente para o citado exercício o montante de R\$ 1.729.270,00 e arrecadado o total de R\$ 1.272.847,95, conforme demonstrado a seguir: Imposto Predial e Territorial Urbano (previsto – R\$ 513.620,00 e arrecadado – R\$ 289.574,82); Imposto sobre Transmissão Inter Vivos, Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Imóveis (previsto – R\$ 514.010,00 e arrecadado - R\$ 274.364,26); Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (previsto – R\$ 397.300,00 e arrecadado – R\$ 472.241,72); Taxas (previsto – R\$ 304.340,00 e arrecadado – R\$ 235.514,31) e Contribuições de Melhorias (previsto – R\$ 0,00 e arrecadado – R\$ 1.152,84), sendo observado o disposto no artigo 11, da Lei Complementar nº 101/2000. **11.3 - Exercício de 2021** - O Município instituiu os tributos de sua competência por meio de seu Código Tributário Municipal e alterações posteriores, sendo previsto na respectiva Lei Orçamentária vigente para o citado exercício o montante de R\$ 1.362.270,20 e arrecadado o total de R\$ 977.633,18, conforme demonstrado a seguir: Imposto Predial e Territorial Urbano (previsto – R\$ 430.540,00 e arrecadado – R\$ 313.230,76); Imposto sobre Transmissão Inter Vivos, Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Imóveis (previsto – R\$ 260.000,00 e arrecadado - R\$ 186.528,95); Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (previsto – R\$ 400.740,20 e arrecadado – R\$ 293.040,25); Taxas (previsto – R\$ 270.990,00 e arrecadado – R\$ 175.385,55) e Contribuições de Melhorias (previsto – R\$ 0,00 e arrecadado – R\$ 9.447,67), sendo observado o disposto no artigo 11, da Lei Complementar nº 101/2000. Obs.: as arrecadações realizadas até a presente data referem-se ao(s) quadrimestre(s) indicado(s) no item 7.3, desta certidão. **12 - Dívida Consolidada Líquida – 12.1. Exercício 2019** - O Município não possui Dívida Consolidada Líquida, cumprindo o limite de 1,2 vezes a RCL, previsto no art. 3º, inc. II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal. **12.2. Exercício 2020** - O Município não possui Dívida Consolidada Líquida, cumprindo o limite de 1,2 vezes a RCL, previsto no art. 3º, inc. II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal. **12.3. Exercício 2021** - O Município não possui Dívida Consolidada Líquida, cumprindo o limite de 1,2 vezes a RCL ajustada, previsto no art. 3º, inc. II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal. **13. Dívida Consolidada Líquida acima do limite legal - eliminação do percentual excedente.** **13.1. Análise do Retorno da Dívida Consolidada Líquida - eliminação do percentual excedente - Exercício de 2019** - Lei Complementar nº 101/2000, artigos 31 e 66 c/c Resolução do Senado Federal nº 43/2001, artigo 3º. (Prejudicado, considerando que a Dívida Consolidada Líquida está dentro do limite legal.) **13.2. Análise do Retorno da Dívida Consolidada Líquida - eliminação do percentual excedente - Exercício de 2020** - Lei Complementar nº 101/2000, artigos 31 e 66 c/c Resolução do Senado Federal nº 43/2001, artigo 3º. (Prejudicado, considerando que a Dívida Consolidada Líquida está dentro do limite legal.) **13.3. Análise do Retorno da Dívida Consolidada Líquida - eliminação do percentual excedente - Exercício de 2021** - Lei Complementar nº 101/2000, artigos 31 e 66 c/c Resolução do Senado Federal nº 43/2001, artigo 3º. (Prejudicado, considerando que a Dívida Consolidada Líquida está dentro do limite legal.). Ressalva-se que os dados ora certificados não dispensam o exame sobre a mesma matéria a ser feito oportunamente pelo Tribunal de Contas, face às competências que lhe são conferidas pela Constituição e pelas leis.

Em função da decretação de estado de calamidade pública, conforme disposto no art. 1º do Decreto Legislativo SC nº 18.332 de 20/03/2020, com as alterações introduzidas pelos Decretos Legislativos 18.340 de 16/12/2020, 18.341 de 24/03/2021 e 18.342, de 30/06/21, aplicam-se as disposições do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, que trata da suspensão do cumprimento dos prazos

previstos nos arts. 23, 31 e 70, bem como quanto do atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º do mesmo diploma legal, enquanto viger o prazo estipulado no Decreto Legislativo supra mencionado.

Esta certidão é válida até 05/02/2022

Certidão expedida com base na Instrução Normativa nº 019/2015 do Tribunal de Contas do Estado.

A autenticidade desta certidão, para fins previstos em Lei, deverá ser verificada no *site* do Tribunal de Contas de Santa Catarina no endereço eletrônico: <http://www.tce.sc.gov.br>

Número da certidão: **39401/2021**

Código de Controle: **311415241**

Certidão emitida gratuitamente via Internet em 28/09/2021